A CARTA DE ESPERANÇA GARCIA: UMA MENSAGEM DE CORAGEM, CIDADANIA E OUSADIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
MINISTÉRIO DA CULTURA – MinC
PONTO DE CULTURA QUILOMBO DO SOPAPO

A CARTA DE ESPERANÇA GARCIA: UMA MENSAGEM DE CORAGEM, CIDADANIA E OUSADIA

Conclusões acerca do projeto realizado no período 2014-2015 no âmbito do Edital Minc/UFPE 2013: Preservação e acesso aos bens do patrimônio Afro-brasileiro

João Vieira de França
José Monteiro da Mota
Leandro Alves da Silva
Maria Daise Cardoso Oliveira
Coordenação: Leandro Alves da Silva

Porto Alegre – RS, 31 de julho de 2015.

Projeto
A Carta de Esperança Garcia: Uma Mensagem de Coragem, Cidadania e Ousadia

Financiamento
Edital Minc/UFPE 2013: Preservação e acesso aos bens do patrimônio Afro-brasileiro

Parceiros
Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo – Guayí – Universidade Federal de Pernambuco (Diretoria de Extensão Cultural) – Rede Memorial – Universidade Estadual do Piauí – Arquivo Público do Piauí – Ministério da Cultura – Governo Federal

Instituição de Vínculo
Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, Av. Capivari, 602, Bairro Cristal – Porto Alegre, RS, Brasil.

Arte Gráfica Capa
Coletivo Artes Gráficas | Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo

Fotografias
Leandro Artur Anton – Leandro Silva – João Vieira de França

Coordenação Geral
Leandro Alves da Silva (Porto Alegre, RS).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8146186126723959

Pesquisador Colaborador
José Monteiro da Mota (Teresina, PI)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9440207042394341

Pesquisadora Assistente
Maria Daise Oliveira (Teresina, PI)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0302916364175269

Apoio Técnico à Pesquisa
João Vieira de França (Floriano, PI)
Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4838023D2

Site oficial do projeto
http://culturadigital.br/cartaesperancagarcia

S U M Á R I O

1 A CARTA DA ESPERANÇA

1.1 Conteúdo da carta de Esperança Garcia (original)

1.2 Conteúdo da carta de Esperança Garcia (versão atual)

1.3 O (pouco) que se sabe sobre a pessoa de Esperança Garcia

2 O PIAUÍ DE ESPERANÇA GARCIA, PARA ALÉM DAS APARÊNCIAS HISTÓRICAS: CÔLONIA, SOFRIMENTO E ESCRAVIDÃO

2.1 A capitania do Piauí nos séculos XVII e XVIII

2.2 Aspectos sociais

2.3 Aspectos políticos

2.4 Aspectos econômicos

2.5 A escravidão no Piauí colonial

3 ESPERANÇA GARCIA: REGISTROS DE IDENTIDADE E MEMÓRIA. PORQUE NÃO ESQUECER

3.1 Identidade: conceitos e modulação

3.2 Memória: uma narrativa de um passado presente.

3.3 Temporalidade e preservação: uma continuidade do passado

4 UM PROJETO PARA ECOAR A ESPERANÇA MUNDO AFORA

4.1 A iniciativa do projeto "Carta de Esperança Garcia: Uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia"

4.2 Carta de Esperança Garcia: um projeto de Memória, Pesquisa e Acesso.

4.2.1 Resumo do Projeto Carta de Esperança

4.2.2 Ações desenvolvidas pelo Projeto

4.2.3 Principais resultados obtidos e dificuldades encontradas na realização do projeto "Carta de Esperança Garcia"

4.2.4 Visita à Comunidade Quilombola Algodões: Não queremos ser meros objetos de pesquisa!

4.2.5. Onde está a carta de Esperança Garcia, afinal?

5 ESPERANÇA GARCIA PRESENTE: LEGADOS

REFERENCIAS

1 A CARTA DA ESPERANÇA

Por Leandro Alves da Silva

1.1 Conteúdo da carta de Esperança Garcia (original)

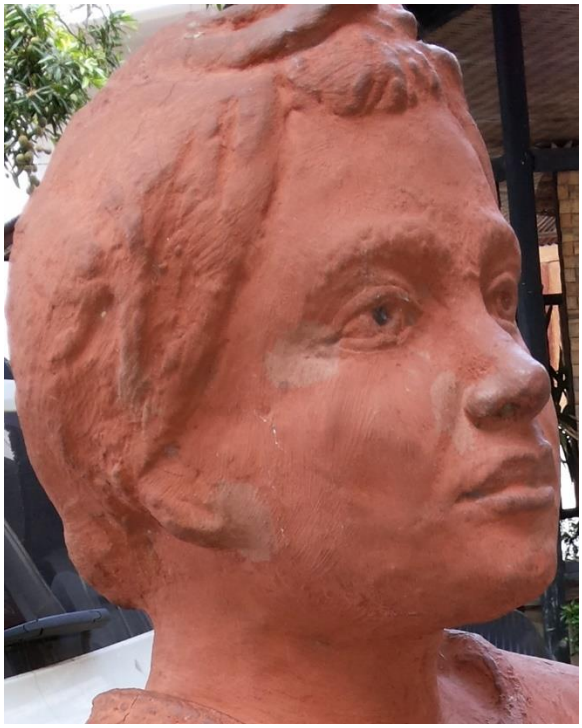
"Eu sou hua escrava de V. Sa. administração de Capam. Antº Vieira de Couto, cazada. Desde que o Capam. lá foi adeministrar, q. me tirou da fazenda dos algodois, aonde vevia com meu marido, para ser cozinheira de sua caza, onde nella passo mto mal. A primeira hé q. ha grandes trovoadas de pancadas em hum filho nem sendo uhã criança q. lhe fez estrair sangue pella boca, em mim não poço esplicar q. sou hu colcham de pancadas, tanto q. cahy huã vez do sobrado abaccho peiada, por mezericordia de Ds. esCapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confeçar a tres annos. E huã criança minha e duas mais por batizar. Pello q. Peço a V.S. pello amor de Ds. e do seu Valimto. ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar a Procurador que mande p. a fazda. aonde elle me tirou pa eu viver com meu marido e batizar minha filha q.

De V.Sa. sua escrava Esperança Garcia"

1.2 Conteúdo da carta de Esperança Garcia (versão atual)

"Eu sou uma escrava de V.S.a administração de Capitão Antonio Vieira de Couto, casada. Desde que o Capitão lá foi administrar, que me tirou da Fazenda dos Algodões, aonde vivia com meu marido, para ser cozinheira de sua casa, onde nela passo tão mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho nem, sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca; em mim não poço explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo, peada, por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar a três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Pelo que peço a V.S. pelo amor de Deus e do seu valimento, ponha aos olhos em mim, ordenando ao Procurador que mande para a fazenda aonde ele me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha.

De V.Sa. sua escrava, Esperança Garcia"



1.3 O (pouco) que se sabe sobre a pessoa de Esperança Garcia

Apesar de estar na memória do povo piauiense, especialmente a parcela da população marcada pela luta e conquista de direitos, pouco se sabe de modo preciso sobre a vida de Esperança Garcia e nada sobre os desfechos causados pela sua carta escrita em 06 de setembro de 1770.

Para o Prof. Dr. da UESPI/ UFPI, Élio Ferreira de Sousa, que estuda a temática do negro na literatura, "Esperança Garcia é uma exceção, porque era proibida a leitura para escravo; quem fosse flagrado ensinando escravo a ler era preso e/ou processado. Ela escreveu a carta um ano depois que os jesuítas, de quem era escrava, foram expulsos do Brasil por Marquês de Pombal. Esperança Garcia foi levada à força da Fazenda Algodões, perto de Floriano (Piauí), para uma fazenda em Nazaré do Piauí. Ela conta que juntamente com o filho eram torturados e espancados; que o feitor a peava, como animal, e que uma vez caiu do penhasco e quase morreu, estando amarrada; que foi proibida de batizar o filho e de se confessar, assim como suas amigas. Na condição de escrava, usou a questão da religião como estratégia para que seus opressores fossem punidos, porque a religião oficial era a católica", ressaltou o pesquisador, acrescentando que era comum nas fazendas locais, os negros fazerem levantes contra os desmandos, já naquela época.

Esperança Garcia viveu na região de Oeiras na fazenda de Algodões, a mais ou menos 300 km de Teresina. Esta fazenda, juntamente a outras dezenas de estâncias, pertencia à Inspeção de Nazaré, onde é hoje o município de Nazaré do Piauí. Apesar de sua importância histórica, não se sabe quase nada sobre sua vida. Esse descaso da sociedade é consequência principalmente de sua condição de mulher, negra escravizada. Porém ela se destaca por ter sido corajosa a ponto de escrever uma carta ao governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, denunciando os maus tratos sofridos por ela, seus filhos e companheiras. A carta é datada de 06 de setembro de 1770.

Tomando como ponto de partida sua carta, alguns escassos documentos relacionados e o próprio contexto do Piauí Colonial, reproduzimos as informações prestadas pelos pesquisadores, o antropólogo Luís Mott[1] e o historiador Solimar Oliveira Lima[2] acerca da história de vida de Esperança Garcia.

Afirma-se que a carta original está em Portugal, e uma cópia foi descoberta no arquivo público do Piauí pelo pesquisador e historiador Luiz Mott em 1979: *"Outra minha importante descoberta arquivística foi um pequeno documento, uma única página escrita à mão, todo cheia de garranchos com muitos erros de português: trata-se de uma petição escrita em 1770, por uma escrava do Piauí, Esperança Garcia. Trata-se do documento mais antigo de reivindicação de uma escrava a uma autoridade. Documento insólito! Primeiro por vir assinado por uma mulher, já que mulher escrever antigamente era uma raridade. As mulheres eram vítimas da estratégia de seus pais, mantê-las distante das letras, a fim de evitar que elas escrevessem bilhetinhos para os seus namorados. Segundo, por se tratar de uma petição escrita por uma mulher negra."*(Mott).

Um inventário realizado no período do Fisco, em 1811, registra 761 trabalhadores escravizados nas fazendas, sendo 318 na inspeção Canindé, 247 em Piauí e 196 em Nazaré. A fazenda Algodões contava com 26 escravizados. A fazenda possuía ainda 74 cavalos e 3 mil cabeças de gado *vacum*, sendo avaliada em rs. 11.637$240 (Onze contos, seiscentos e trinta e sete mil, duzentos e quarenta réis). Em Algodões, além da casa do criador e senzalas, ficava a administração central da inspeção de Nazaré, instalada nas terras da Fazenda, sendo denominada "Residência" onde habitava o inspetor. Na Residência de Nazaré, além da casa de moradia e currais, havia uma capela "e seus pertences" e 16 escravizados que moravam em senzalas. As moradias dos escravizados nas fazendas da Nação eram apartadas das casas dos inspetores e criadores e se constituíam, na verdade, em casebres ou ranchos, alguns sem paredes.[3]

Os trabalhadores das fazendas que formavam a inspeção eram requisitados pelo inspetor para prestarem serviço na Residência que era, na verdade, uma fazenda. Os trabalhadores, além dos serviços domésticos, eram responsáveis pela lida no campos e roças, havendo um acentuado

---

[1] MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: FUNDAC - Coleção Grandes Textos, 2010.

[2] GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Emater – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí. Piauí, 2010.

[3] ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí.** Teresina: COMEPI, 1981, p. 73.; LIMA, Solimar Oliveira. Braço forte: trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí – 1822 – 1871, Passo Fundo: Editora da UFPE, 2005, p. 133.

desgaste dos cativos. A expectativa média de vida da população escravizada, em especial no período do Fisco, era relativamente pequena, em torno de 35 anos, o que significava uma alta taxa de envelhecimento. Considerando que com 30 anos o trabalhador já era um "velho" ou de "pouca serventia", pode-se inferir o quanto era imprescindível às fazendas o processo de reprodução vegetativa.

Em Algodões, segundo um manuscrito que traz a relação da população escravizada de 1778, encontram-se 18 trabalhadores, o mais velho possuía 73 anos e o mais novo, 1 ano. Do total, sete trabalhadores possuíam mais de 30 anos e seis menos de oito anos. [4]

Os trabalhadores escravizados nas fazendas viviam muito mal. Um levantamento nas inspeções Piauí e Nazaré em 1854 indicava os problemas de saúde nas fazendas. Era comum entre as crianças doenças como sarampo, varíola, catarrão e "brolho na barriga" (provavelmente vermes). Entre as mulheres, as referências eram: "doença de moléstia crômica", "doente de gálico" (sífilis), "padece do estômago", "doente de hidropisia" (barriga-d'água), "doente da gota", "doente de fístula na parte posterior", "doente de apoplexia" ou "do ar" ou "estupor", além de "aleijões nas mãos", "doença nos olhos" e cegueira. Os homens eram descritos como: "rendido", "doente do peito", "doente da gota", "doente de frouxidão nos nervos", "doente do espinhaço", doente de "fistulas nos escrotos", "doente da perna", dentre outras doenças que, segundo o presidente da província, em 1867, eram decorrentes dos arriscados serviços praticados. [5]

Os escravizados moravam em casas "de palha", chamadas senzalas. Nas Residências, as senzalas eram próximas da moradia do inspetor. Já nas fazendas, eram dispersas na propriedade. Documentos indicam que uma senzala agregava trabalhadores com laços de parentescos, um núcleo familiar. As casas ou senzalas não passavam de um rancho com cobertura e paredes feitas de palhas ou taipas, quase sempre incompletas. Apresentavam pouca ou nenhuma divisão: um vão servia de porta e não possuíam janelas. Piso de "chão batido", não raro virava lama no inverno chuvoso. Dormiam "feitos índios", em redes tecidas pelas trabalhadoras ou esteiras e recebiam "cobertores" das autoridades, feitos com o mesmo tecido fornecido para os "suadouros" dos cavalos.[6]

Os escravizados andavam quase nus, com pouca vestimenta e tudo "muito gasto e velho". Os homens raramente portavam camisas; desde crianças usavam ceroulas ou calças. As

[4] BN. Manuscritos. II, 32, 21, 1.
[5] APEP. Fazendas nacionais. 1800-1877; APEP. Correspondência entre o ministério de fazenda. 1866-1868, códice 104.
[6] APEP. Palácio do Governo. Eiras. 1790-1799; APEP Relatório da Presidência da Província. 1857.

mulheres vestiam saia e blusa. O tecido era fabricado pelas tecelãs das fazendas e como a produção era reduzida no século XIX, as autoridades forneciam algodão "rústico da terra" ou "riscados" ou "sacos" que acondicionavam farinha. Os escravizados alimentavam-se mal. Embora plantassem feijão e milho, a comida rotineira era basicamente carne de gado seca e farinha.

Uma característica das fazendas nacionais era a presença de moradores livres e suas intensas relações, nem sempre harmônicas, com os escravizados. Em geral, estes moradores eram acusados, pelos inspetores e criadores, de praticarem desordens. Duas eram as reclamações: o não pagamento de nenhuma renda pelo uso da terra e os relacionamentos amorosos com as trabalhadoras no que resultou em um elevado índice de mestiços denominados mulatos e "cabras". Na inspeção de Nazaré, em 1867, em uma relação de 61 trabalhadores, apenas 8% eram considerados pretos, o que implica 82% com peles mais claras.[7] Segundo os administradores das fazendas, a mestiçagem resultava das relações – diga-se forçadas ou espontâneas – de negras escravizadas com homens brancos ou mulatos.

A violência sofrida pelas trabalhadoras parecia ser recorrente nas fazendas. Em 1776 o inspetor, juntamente com os criadores das fazendas da inspeção Piauí, foi acusado de abusarem sexualmente das trabalhadoras, separando-as dos maridos e castigando-as quando se negavam a manter relações sexuais.[8]

Foi pouco antes, em 1770, que a escravizada Esperança Garcia, da fazenda Algodões, em carta enviada ao governador da capitania denunciara os maus-tratos sofridos na Residência de Nazaré, praticados pelo inspetor Antônio

[7] APEP. Fazendas Nacionais. 1800-1877.
[8] APEP. Palácio do Governo. Oeiras. 100-1821.

Vieira de Couto. O capitão a retirara de Algodões e a colocara em sua residência, passando ela a trabalhar como cozinheira.

Na carta, de 06 de setembro de 1770, Esperança Garcia relata graves abusos sofridos: espancamentos nela – "um colchão de pancadas" – e em um filho – "uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca".

Outro documento, de autor desconhecido e não datado, que acompanhava a carta de Esperança Garcia, esclarece alguns pontos sobre esta situação, reforçando o relato de violência sofrida por ela. Segundo Mott[9], este outro documento pode tratar-se de alguém que escreveu em nome dos escravos desta inspeção. Segue o inteiro teor do documento:

"Conta que dou a V. Sa. da residência de Nazaré, que é procurador o Capitão Antonio Vieira do Couto: (ele) tirou uma escrava chamada Esperança, casada, da fazenda de Algodões e não tem concedido tempo algum para a dita ir fazer vida com seu marido, vendo apertada com vários castigos tem fugido por várias vezes e o dito Capitão tem posto tão tímida a dita em forma uma quinta feira deu tanta bordoada com um pau e com ela no chão e depois jurou que havia de amarrar dita escrava se arretirou com dois filhos, um nos braços, de 7 meses e outro de 3 anos; até o presente não tem tido notícia dela e tem feito umas correias para castigar e diz que veio para ensinar os ditos escravos. Tem mostrado como os escravos tem experimentado que tem clamado contra o dito procurador até que foi ouvido da intercessão de V. Sa. veio uma portaria até a fazenda da Serrinha e como tem um padrinho que orou para o dito Procurador não teve (realização) do seu mau instinto, em forma que aperta os ditos escravos (que) não têm descanso. Todas as noites trabalham sem descanso algum, sendo preto velho e se fora moço, tudo podia a mocidade suportar. Como no sustento do dito, muito mal que não come farinha que a fazenda faz, porque serve para ajuntar com a que o dito procurador faz para seu negócio, do que pedindo licença o intercessor de V. Sa., não quis consentir em forma alguma do que contra a ordem, dizendo que era dos seus escravos. Que estorva os ditos escravos para o seu serviço em socar mamona, em desmanchar mandioca e outro serviço. Até tirou algumas escravas para fiar algodão e diz, como no ano passado, que era para (trabalharem) na fazenda e fez redes para seu negócio e não tem dado cumprimento algum na sua obrigação, não tem corrigido as ditas fazendas faltando a sua obrigação, tendo o criador da fazenda Tranqueira certas rezes em particular (e) querendo dar esta conta a V. Sa. Como pai e Sr. põe os olhos de piedade em ver estas lástimas porque não tem quem fale por estes

[9] MOTT, Luiz. Piauí colonial: população, economia e sociedade. Teresina: APL, 2010, p. 142-143

mais que a misericórdia de V. Sa. abaixo de Deus, pois os ditos escravos não tem outro jazigo senão o amparo de V. Sa."

Esperança Garcia não seguiu imediatamente para a fazenda Algodões após a denúncia. Deve ter se refugiado com a proteção de parceiros na mata próxima a Algodões, uma que vez que durante um tempo não se teve "notícia dela".

Passados oito anos da denúncia e fuga (1778), pode-se, novamente encontrar Esperança Garcia mencionada em uma relação de trabalhadores de Algodões (Anexo I). Dentre os escravizados, havia um casal Ignácio e Esperança. Ele, um negro de Angola, de 57 anos; ela, crioula, com 27 anos.

Na relação aparecem também sete crianças. Supostamente, se estivessem vivos, a filha de Esperança Garcia poderia ser a crioulinha Paulinha, com nove anos. Quanto ao filho, temos duas possibilidades: Pedro, com 11 anos ou Manoel, de 13, que teria, neste caso, de fato cinco anos em 1770.

Esperança Garcia, quando escrevera a carta, possuiria 19 anos; aos 16 anos, parira o primeiro filho. É provável que tenha tido outros filhos, uma vez que no arrolamento aparecem muitas crianças e apenas uma mulher com idade reprodutiva – a viúva Domingas, já com 37 anos. Também parece certo que Esperança nascera em Algodões, quando pertencia aos jesuítas, e aprendera a escrever ainda criança, sob a tutela destes, que foram expulsos do Piauí em 1760, quando a escravizada tinha apenas 09 anos.[10]

Esperança Garcia se perpetuou na memória do povo negro piauiense, inspirando movimentos sociais e gerando forças para implementação de mudanças e conquistas importantes. Estas forças vêm especialmente do poder de identificação entre sua pessoa e história de vida, ou o que dela se conhece, e o perfil do povo negro, minorias, remanescentes de comunidades tradicionais que lutam cotidianamente pela afirmação de seus direitos.

Considerando que a ideia de identidade e memória não é um conceito estável e contemporaneamente desterritorializado, Esperança Garcia precisa ser melhor conhecida como uma memória universal e identitária de todos e todas que se encontram empenhados na construção de novos paradigmas de mundo e de sociedade, alicerçadas em relações de igualdade, justiça social e respeito integral e irrestrito à dignidade da pessoa humana.

---

[10] LIMA, Solimar Oliveira. **Esperança. Nossa Consciência tem nome.** In: Informe econômico. Teresina: DECON-UFPI, Ano 10. N. 22, NOV-DEZ/2009, JAN/2010.

2 O PIAUÍ DE ESPERANÇA GARCIA, PARA ALÉM DAS APARÊNCIAS HISTÓRICAS: CÔLONIA, SOFRIMENTO E ESCRAVIDÃO

Por *João Vieira de França*

2.1 A capitania do Piauí nos séculos XVII e XVIII

A colonização do território piauiense aconteceu na segunda metade do século XVII, mais exatamente na década de 1660. Diferentemente das outras capitanias, essa foi povoada do litoral para o interior. Isso pode ter ocorrido por causa da presença dos engenhos no litoral, fato que impossibilitava a presença do gado no mesmo território das lavouras de cana.

Nesse período estavam sendo doadas as primeiras sesmarias. Extensas faixas de terras eram distribuídas para aquelas pessoas que demonstravam interesse em ocupar o território. Os novos moradores iriam limpar as terras e iniciar a produção. Alguns nomes se destacam como primeiros beneficiados, recebendo 10 léguas de terra cada um: Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago. Nesse período, a região estava sob as ordens do governador de Pernambuco, Dom Pedro de Almeida (NUNES. O, 1975, p.72).

Descoberto por volta de 1674, o Piauí é povoado de maneira diversa das demais Capitanias: seu solo é conquistado partindo-se do interior (do Rio São Francisco) para o litoral. Foi no vale do rio Canindé que Domingos Afonso Sertão, considerado como o descobridor destes sertões, funda várias fazendas de gado, sendo a mais importante, a da aldeia do Cabrobó, que em 1712 é elevada à condição de vila, recebendo o nome de Mocha, sendo instalada somente em 1717, ocasião em que o governador do Maranhão envia muitas famílias para nova povoação, inclusive um magote de 300 degredados, com a finalidade de promover o seu desenvolvimento (MOTT, 2010, p.54).

Naquelas terras havia a presença de tribos indígenas. Viviam se deslocando de um local para outro, em busca de alimentos. E a chegada de colonizadores resultou em fortes confrontos que chegariam a dizimar aquelas tribos. Para que os grandes proprietários e a coroa portuguesa conseguissem o seu objetivo era necessária a expulsão dos gentios. Porém, o fato de a Coroa conhecer o território e expulsar os indígenas não bastava, era necessário que houvesse uma fixação de pessoas e organização para explorar as riquezas da região. Chegavam pessoas principalmente de São Paulo e da Bahia. Eram os grandes proprietários, escravos e caçadores de índios (BRANDÃO. T, 1999).

Nesse período, o Brasil ainda era colônia de Portugal. O Piauí pertencia ao mesmo território do Maranhão. Segundo T. Brandão (1999), pelo motivo da imensa extensão de terras, era necessário que a Coroa Portuguesa integrasse os seus domínios, para que pudesse ter maior controle em relação à ocupação das terras e a produção. Sendo que tudo que era produzido devia-se prestar contas à Coroa. Havia a necessidade da abertura de vias que colocassem a região do Piauí e Maranhão em contato com o restante da colônia.

A colonização do Piauí não foi tão fácil. No início havia resistência, pois, as pessoas não tinham interesse em morar naquela região. Alguns motivos podem ter levado a essa resistência: o território, praticamente isolado, ficava muito distante dos grandes centros. Outro empecilho pode ter sido a resistência dos indígenas (primeiros habitantes) que não aceitavam a presença do colonizador e entravam em conflitos rotineiramente. Somando-se a esses dois pontos ainda havia a questão do clima quente, pois boa parte das pessoas que chegaria ao Piauí eram de Portugal.

Um fator importante que caracterizou a colonização piauiense foi a implantação dos currais de criação de gado. De acordo com T. Brandão (1999), os currais foram o motor da colonização, pois a terra era propícia para a criação, a atividade não necessitava de grandes investimentos como na produção do açúcar e fazia-se desnecessário empregar uma grande quantidade de trabalhadores como nos engenhos de açúcar.

Mott (2010) nos alerta que as fazendas de gado representam fator determinante no que se refere a ocupação do solo e a distribuição dos novos moradores pelo território do Piauí. Essas fazendas ficavam numa distância significativa das outras, consequência da generosa doação de terras através das sesmarias. A construção das fazendas era regulamentada por normas. Elas não poderiam ultrapassar três léguas de comprimento por uma de largura. No entanto, não era o que acontecia. Muitas terras ficaram sob o domínio de poucas pessoas. Isso caracteriza a colonização também como de grandes latifúndios nas mãos de poucos.

Além das fazendas, outras construções existiam. Eram as pequenas propriedades, que se localizavam nas terras onde tinham maior umidade, que por sua vez, favorecia a plantação de gêneros alimentícios, que eram produzidos para a subsistência dos moradores: arroz, feijão, milho e outros.

Mott (2010) nos mostra ainda como o número de pessoas que se dedicavam a fazendas aumentou em um curto espaço de tempo no Piauí. Em 1697 havia 438 fazendas, já em 1762 eram 12.744. Isso se deu provavelmente pelo fato de o Piauí agora está integrado ao restante do país, e também pela crise na agricultura e na produção mineral no resto da colônia. Nesse

período, muitos índios já haviam sido dizimados, e os que restavam viviam sob domínio. Além disso, a pecuária era um empreendimento que oferecia oportunidades de lucro excelentes, esses fatores contribuíram para a deslocação desses povos para o Piauí.

2.2 Aspectos sociais

Uma característica do Piauí Colonial em relação à sua população nos anos iniciais é que era composta de um número de habitantes muito pequeno. Esses viviam isolados nas fazendas, que tinham uma distância considerável das outras. A maneira como aquelas pessoas viviam não era das melhores. A alimentação era composta basicamente de carne assada, por falta de panelas para cozinhar, e derivados do leite. Bebiam água barrenta não apropriada para o consumo. O medo do confronto com os índios também fazia parte daqueles problemas, além da dificuldade de comunicação com os grandes centros. O contato que eles realizavam fora das fazendas era quando passavam os transportadores de boiadas, que levavam e traziam notícias. Somente no final do século XVII e início do século XVIII é que surgem os primeiros centros urbanos. Porém, a população nesses centros era pequena, pois as pessoas davam preferência à zona rural (ALVES, 2003, P.61-62).

T. Brandão (1999) nos alerta que a formação social do Piauí colonial teve início no momento do estabelecimento da sua economia principal, a pecuária. Essa tinha como características a grande propriedade, destacava-se nessa economia uma única atividade, que era a criação de gado, e ainda a presença do trabalho dos escravos.

Mott (2010, p. 105) nos apresenta um quadro interessante onde descreve a quantidade de pessoas no Piauí no ano de 1772 em relação ao gênero e cor de pele:

	Homens		**Mulheres**		**Total**	
Brancos	1.885	(17,7%)	1.320	(15,5%)	3.205	(16,7%)
Mestiços	4.372	(41,0%)	3.140	(48,6%)	8.512	(44,4%)
Negros	3.856	(36,1%)	2.487	(29,2%)	6.343	(33,0%)
Índios	556	(5,2%)	575	(6,7%)	1.131	(5,9%)
Total	10.669	(100,0%)	8.522	(100,0%)	19.191	(100,0%)

Observa-se no quadro a cima que o número de mestiços, 4.372, filhos de índios com negros, representava a maior parte da população. Nesse mesmo período a população indígena, 556, era

bem inferior que as demais, resultado das lutas que travavam com os colonizadores, onde eram massacrados e desapareciam aos poucos.

Segundo Santos e Kruel (2009), entre os séculos XVII e XVIII chegavam ao Piauí povos do Ceará, Maranhão, Pernambuco e Lisboa. E a população do último século citado era dividida em dois grupos: pessoas livres e pessoas escravizadas.

O grupo de pessoas livres era composto pelos sesmeiros, sitiantes, vaqueiros e posseiros, enquanto o segundo grupo era composto por índios, negros e mestiços.

Os sesmeiros ou fazendeiros eram os donos das grandes propriedades, possuíam gado e escravos, eram aqueles que haviam recebido ou conquistado sesmarias. Detinham o poder econômico nas mãos. Era a classe mais elevada economicamente naquele meio. Eles conquistavam novas terras e aprisionavam os índios.

Os sitiantes eram os homens que não possuíam terras. Era através do arrendamento de lotes que eles passavam a plantar, criar gados e até possuir escravos.

Os vaqueiros ocupavam uma posição fundamental naquela sociedade. Eles lideravam a organização dos grandes rebanhos de gado, além de cuidarem das propriedades. Eram os homens de confiança dos grandes proprietários. A forma de pagamentos era através de um contrato de quarta, ou seja, tudo que era produzido nas fazendas o vaqueiro tinha direito a receber a quarta parte. Esse era um cargo cobiçado por muitos homens.

Os posseiros eram aqueles que conquistavam a terra através da força. Eram constantes os conflitos entre estes e os sesmeiros. Viviam de maneira precária, pois eram perseguidos pelos proprietários. Diferente dos sitiantes, os posseiros não pagavam por estarem vivendo naquela terra. Desenvolviam a economia de subsistência e a pecuária. Estes entravam em conflitos constantes com os sesmeiros.

Os pequenos lavradores e posseiros viviam em precária condição, pois a vizinhança dos grandes e poderosos latifundiários lhes moviam uma guerra sem trégua. A luta entre pequenos e grandes proprietários, na maioria das vezes em violentos conflitos a mão armada, enche a história colonial do Brasil (Sousa. V, p.06).

Em relação ao segundo grupo de pessoas, T. Brandão (1999) nos diz que os índios foram a primeira mão de obra dos colonizadores. Eram perseguidos, entravam em combate com os bandeirantes, tanto que no século XVIII estavam praticamente dizimados.

Já os negros foram aqueles que representavam a principal mão de obra. Desenvolviam diversas funções nas fazendas. Chegavam de diversas regiões do país, sobretudo da Bahia.

Juntando-se aos dois grupos anteriores havia os mulatos, que eram filhos de índios com negros. Também eram escravizados. A historiadora Sousa (2012) confirma essas informações:

No início da colonização podiam ser identificados três tipos de escravizados: o índio, o negro e o mulato. O primeiro foi utilizado na economia predatória, durante o devassamento da área, exercia as funções de guia e peça militar, tinha nos arraiais a responsabilidade de cultivar os gêneros de subsistência. O negro e mulato escravizados foram utilizados de forma expressiva, seu trabalho ia além da criação de gado, cultivava alguns gêneros agrícolas, como cana para a obtenção de açúcar, rapadura e cachaça. Competia a eles também a confecção de celas, arreios, artefatos de madeira e barro, e a fabricação de tecidos (SOUSA. T, 2012, P.36 apud BRANDÂO, 1999).

W. Brandão (1995, p.21-22) nos fala sobre os povos que viviam nos primeiros anos de colonização do Piauí Colonial, destacando as figuras do índio, natural daquelas terras, o português, que vinha de Portugal, na Europa e o negro, vindo do continente africano. A relação entre essas etnias, já no século XVIII, faz surgir novos indivíduos com outras nomenclaturas. Do branco e o negro, surgia o mulato, do branco e o índio nascia o mameluco, do negro e o índio surgia o cafuzo. Foi a partir dessa miscigenação que se formou a população piauiense.

Em relação a uma suposta mudança de categoria na sociedade, o que T. Brandão (1999) chama de mobilidade social, era muito limitada. Praticamente não acontecia. Os vaqueiros era a classe que às vezes podia chegar a ser proprietária de gado e escravos. Esse era o motivo que levava a profissão a ser bastante desejada.

O pesquisador Mott (2010, p.102-105) nos mostra como era o quadro populacional daqueles anos na capitania:

Ano	**Habitantes**
1697	438
1762	12.744
1772	19.191
1777	26.094
1799	51.721

Em relação ao ano de 1772, quanto a composição da população em relação à cor, somava-se 19.191 habitantes divididos da seguinte maneira:

Brancos	3.205	16,7%
Mestiços	8.512	44,4%
Negros	6.343	33%
Índios	1.131	5,9%

Nos anos finais do século XVII e nos iniciais do século XVIII a população piauiense aumentou significativamente. Na zona urbana havia a presença do escravo nas residências, porém, era na zona rural onde essa presença era maciça. Havia nas fazendas aproximadamente 19,1 escravos por cada uma.

Entre o final do século XVII e metade do século XVIII, sobreveio um aumento significativo da população do Piauí. Na segunda metade do século XVIII, havia em média 4,2 pessoas para cada casa na zona urbana. O escravizado representava 1,6 para cada residência e seu trabalho limitava-se ao setor doméstico. Todavia, seguindo a lógica da distribuição da população negra nos séculos anteriores, era na zona rural que a presença dos escravizados mostrava-se mais acentuada, sendo que havia uma média de 19,1 escravizados por fazenda. Em 1762, a população de cativos não atingia 40% da população total, predominava a população livre construída de fazendeiros de grandes e pequenas extensões de terra. (SOUSA. T, 2012, p. 37-38 apud MOTT, 2010, p.98, BRANDÃO, 1999)

2.3 Aspectos políticos

O século XVIII teve um caráter ruralista. As pessoas viviam dispersas por grandes latifúndios sem organização administrativa. Essa situação favoreceu a política de poder dos grandes proprietários de terras. Toda a população era submissa a estes. Encontrava-se uma grande dificuldade na implantação da justiça e na cobrança de impostos por parte da Coroa. Foi a partir desses pontos que observou-se a necessidade do surgimento do poder político administrativo nos núcleos urbanos. As determinações para que isso acontecesse vinham da capital portuguesa, Lisboa.

Como resultado dessas determinações surge, em 1697, no Piauí, a freguesia de Nossa Senhora da Vitória do Brejo da Mocha. Em 1701 a região foi anexada ao Maranhão. Já em 1761 a Vila da Mocha passava à condição de cidade e oito povoados tornaram-se vilas. Foram eles: Parnaguá, Jerumenha, Valença, Santo Antônio do Campo Maior, Marvão (Castelo do Piauí) e São João da Parnaíba (atual Parnaíba). Em novembro de 1761 a capitania passou a ser conhecida por São José do Piauí e o nome da capital passou a ser Oeiras. Essas vilas foram fundadas sob determinação de uma carta régia escrita por D. José I, endereçada ao então primeiro governador do Piauí João Pereira Caldas:

Eu, El Rei... tendo consideração ao muito que convém ao serviço de Deus e ao meu, e ao bem comum dos meus vassalos desta Capitania, que nela floresça e seja bem administrada a justiça, sem a qual não há estado que possa subsistir e atendendo que a necessária observância das leis se não pode até agora conseguir para dela se colher aquele indispensável fruto que pela vastidão da mesma Capitania, vivendo seus habitantes em grandes distâncias um dos outros, sem comunicação, como inimigos da sociedade civil e do comércio humano, padecendo assim os descômodos e as despesas de irem buscar os magistrados a lugares muito remotos e longíncuos, de sorte que quando chegam os despachos, vem tão tarde, que não servindo para remédio das queixas, lhes trazem somente a ruína dos cadebais, seguindo-se daquela dispersão e separação de famílias internadas em lugares ermos e desertos, faltaram-lhe os estímulos e os meios para se fazerem conhecidos na corte e para serem nobilitados os que o merecem, como sucede na vilas e cidades onde seus habitantes entram na governança dela e se graduam com os cargos de juízes e vereadores e com os mais empregos públicos e acrescendo a tudo que até a própria religião padece, não só pela falta d administração dos sacramentos , mas também pela da propagação do Santo Evangelho, em razão de que os índios que se acham internados nos matos, não encontrando outros objetivos que não sejam o de verem os cristãos quase no mesmo estado e fora da comunicação e da sociedade, carecem dos estímulos que tirariam da felicidade em que vissem os habitantes das povoações civis e decorosas, ou para fugirem para elas, ou para procurarem viver igualmente felizes em outra semelhantes, e havendo tomado na minha real consideração e paternal providência todos os sobreditos motivos, tenho resoluto que em cada uma das oito freguesias que compreende este governo seja fundada uma vila (MOTT, 2010, p.56-57 apud ALENCASTRE, 1761).

Segundo Oliveira (2007 apud COSTA, 1974, p.54), o primeiro a governar o Piauí foi João Pereira Caldas entre 1759 e 1769. Empreendeu forte batalha contra os índios e os jesuítas. Foi no seu governo que chegaram ordens para criar novas vilas e autorização para se apropriar dos bens dos jesuítas e expulsá-los para a Bahia.

Em 1775 o Piauí passou a ser administrado por uma Junta Trina. Foi instalada no dia 2 de janeiro daquele ano e durou até 1797 numa alternação de poderes. A Junta deveria ser formada pelo ouvidor da comarca, o vereador mais antigo da Câmara do Senado de Oeiras, e a "mais alta patente miliar que residisse na capital". Os primeiros a participar desse novo modelo administrativo foram Dr. Antônio José de Moraes Durão, o vereador Domingos Bezerra de Macedo, na sequência José Esteves Falcão e o tenente-coronel João do Rego Castelo Branco (OLIVEIRA, 2007, P.43 apud COSTA, 1974, p.182-183)

Em novembro de 1761 a capitania passou a ser conhecida por São José do Piauí e o nome da capital passou a ser Oeiras.

Segundo T. Brandão (1999) nessas vilas viviam funcionários públicos, civis e militares, pequenos comerciantes, um pároco e os escravos. Todos eles dedicavam-se à pecuária (bovina, caprina, ovina e equina). Observa-se que aqui, além de escravos, índios e proprietários, como no início da colonização, já existia outros grupos sociais, como os funcionários públicos e os comerciantes.

2.4 Aspectos econômicos

Segundo T. Sousa (2012, p.29 apud OLIVEIRA, 2007), a economia do Piauí colonial, baseado na pecuária, desenvolveu-se em duas etapas. No final do século XVII e início do século XVIII os sertanistas se ocuparam em dispersar os indígenas e ocupar a terra com a construção dos primeiros currais. Na segunda metade do século XVIII destaca-se a expulsão dos jesuítas e a expansão da área ocupada pelas fazendas de gado vacum.

O crescimento dos engenhos de açúcar no Nordeste e a necessidade de novas áreas para a construção de currais foram fatores determinantes na ocupação e na economia do território piauiense (NUNES. C e ABREU. I, 1988, p. 86).

A prática da agricultura, desde o início, foi ofuscada pela pecuária nessa região do Brasil. As pessoas davam maior importância à criação do gado. Os currais e pastos ocupavam a maior parte das terras fazendo com que não restasse muito espaço para o desenvolvimento da agropecuária, além da entrada dos currais no sertão (BRANDÃO. T, 1999). Esses currais

ficavam distantes do litoral por causa dos engenhos de açúcar, pois corria o risco de o gado destruir as lavouras de cana. Fatores como falta de chuva regular, as secas, a pobreza fértil do tipo de solo e a alta lucratividade da pecuária influenciaram nessa escolha. Mott nos afirma que:

Todos os viajantes, memorialistas e homens públicos que escreveram sobre o Piauí na época Colonial são unânimes em referir-se ao descaso com que os sertanejos tratavam esse tipo de trabalho. Duas seriam, segundo eles, as principais causas do desprezo que relegavam o setor agrícola: a primeira de ordem ecológica, ou seja, as más condições climáticas, a ausência de chuvas regulares, a constância das secas, a pobreza dos cursos d'água, a natureza arenosa e lajeada da grande parte do território. [...] Por mais que o Governo insistisse em estimular o desenvolvimento agrícola, o resultado sempre foi decepcionante. As tentativas realizadas por volta de 1798 visando a divulgação do uso do arado, redundaram em fracasso, pois segundo disseram os lavradores, após terem experimentado este instrumento, constataram que seu uso era impraticável, devido à natureza do solo quase todo composto de caatingas, chapadas e matos, preferindo os agricultores mudarem de terreno quando este se esgotava, em vez de utilizar o arado a fim de tentar revolver a terra e continuar a plantar no mesmo chão. A segunda explicação pelo descaso com que tratavam a agricultura está na vantagem econômica e na excelência que os piauienses atribuíam a pecuária (MOTT, 2010, p.67-68).

Essa sociedade vivia em função do principal modelo econômico. O consumo de carne seca e do leite era intenso, e não era privilégio de quem possuía mais poder ou dinheiro. O mesmo ocorria em relação ao uso do couro que era utilizado para a produção de vestimentas, objetos domésticos e produtos que davam suporte no trabalho com o gado (ALVES, 2003, p.69).

O Piauí não tinha características climáticas e físicas que possibilitassem a uma produção agropecuária voltada para a agricultura. É característica de algumas de suas regiões a presença de caatingas e cerrados. O clima é pouco chuvoso, seco e quente, além de poucos rios perenes. Esses podem ter sido elementos determinantes para que essa região se transformasse na "principal área pastoril do Nordeste" (MOTT, 2010, p.172 apud NUNES, 1975)

A pecuária instalou-se muito bem no Piauí. No século XVIII destacava-se como um dos principais exportadores de gado vacum e cavalar do Brasil. No início, o destino principal era Bahia e Pernambuco, primeiros centros consumidores do gado que era criado na Capitania. Outros estados também passaram a importar, a exemplo do Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A atividades era bastante lucrativa, apesar das

perdas que aconteciam no transporte das boiadas, a doação da quarta parte para o vaqueiro e o pagamento do dízimo (ALVES, 2003, p.67-68).

Os números provam que o volume de negociação no setor da pecuária entre o Piauí e outras regiões era muito grande, na segunda metade do século XVIII. Para teremos uma ideia, a capital do Pará, Belém, recebia cerca de 28.000 a 30.000 cabeças de gado (ALVES, 2003, p.69 apud BARBOSA, 1993, p.15). Segundo Mott (2010) naquele período a capitania exportava bastante gado vacum e sola para diversas regiões do Brasil, fazendo da região uma das líderes nesse setor.

A criação de gado se desenvolvia de forma muito simples e rudimentar. Viviam livres, vagueando a procura de pasto. Muitas vezes chegavam a se misturar com o gado do vizinho, porém a solução que encontraram foi a marcação, com as iniciais do dono, na pele do animal. Dessa forma a separação seria mais simples.

O gado era geralmente criado solto: como não havia cercas dividindo as fazendas umas das outras, e existindo consuetudinariamente uma légua de terra de uso comum entre as mesmas, sucedia que certamente os animais de um proprietário se misturasse com os dos vizinhos. A maneira de se evitar tais perdas e descaminhos era ou marcar com ferro quente o dorso de todos os animais, ou então fazer certos talhos numa das orelhas dos mesmos, de maneira a distinguir as rezes das diferentes fazendas (MOTT, 2010, p.83)

A produção de gado só aumentava no Piauí. O objetivo era exportar a carne para outras regiões do país: Bahia, Minas Gerais, Pará, Ceará e até Guiana Francesa. Nesse mesmo tempo, a população interna vivia em condições precárias de produtos básicos para a subsistência.

A criação de gado como forma de economia deve ter surgido pela necessidade de pequena mão de obra e o pouco investimento necessário para desenvolvê-la (MOTT, 2010).

A abundância de gado nos currais do sertão piauiense era imensa. O pesquisador Luiz Mott, em suas pesquisas, constatou uma relação de valores de preços muito interessante em relação ao gado e outros objetos por volta de 1764:

[...]pelo preço de uma vaca gorda e grande podia-se comprar 5 galinhas, ou 5 patos, ou 2 perus, ou 3 frascos de aguardente comum. Se se tratasse de aguardente de boa qualidade, trocava-se 2 vacas das melhores, por 2 frascos e meio de tal bebida. Dois freios de cavalo ou e 2 pares de esporas valiam mais do que um boiote. Era preciso o equivalente o valor de duas vacas das melhores para se mandar fazer uma porta de uma casa, vindo essa acompanhada do seu portal (batente). Em se tratando de confecção de um vestido, caso o tecido fosse ordinário, o oficial

alfaiate cobrava o equivalente a duas vacas; caso fosse um vestido de veludo, ou de seda, aí então seu feitio representava o tanto quanto valiam 3 vacas das melhores. Um par de botas custava mais do que 2 vacas inferiores. (MOTT, 2010, p.88)

A escolha do gado como principal economia deve ter contribuído para a economia de subsistência. Eram pequenas plantações com a finalidade de abastecer apenas a população interna.

Essa forma de economia se instalou em um momento em que a sociedade brasileira era escravista. Tinha como principal elemento fornecedor de força de trabalho o negro. As fazendas coloniais no Piauí possuíam uma média de 2 escravos por unidade.

A pecuária piauiense se estabeleceu no contexto do escravismo brasileiro, traços bastante originais. Os escravos e o gado representavam todo o capital investido na empresa de criação, e cada unidade, a fazenda, detinha uma média não superior a 02 (dois) escravos. Ficando claro nessas condições, que a força de trabalho escrava não poderia ter o mesmo caráter das grandes empresas do café e do açúcar: nelas a especialização do trabalho era bem maior, enquanto que no sistema de criação piauiense, vai-se encontrar escravos se ocupando de todas as tarefas, desde vaqueiro e fabrica (ajudante do vaqueiro) conciliando tudo isso, eventualmente, com o trabalho agrícola. O relacionamento entre senhor e escravo era direto, não existindo, via de regra, a figura do feitor ou capataz (SOUSA, p.8)

Inicialmente o gado era comercializado vivo, somente na segunda metade do século XVIII é que começa o comércio do charque, a carne seca. Em 1762 foi criada a Vila de São João da Parnaíba. Lá foi construída uma oficina de charque. E a Vila era possuidora do único porto da capitania, que recebia uma média de 10 embarcações por ano, que transportavam as mercadorias para Bahia, Rio de Janeiro e Pará. Nesse período eram abatidas uma média de 13.000 cabeças de gado. Já em 1771, eram abatidas 40.000 cabeças de gado anualmente, e Paranaíba era responsável pela comercialização de um quarto desse total.

Até metade do século XX, Parnaíba ganhava destaque como uma das mais importantes cidades da capitania. Além do gado e seus derivados, outros produtos produzidos no Piauí eram despachados pelo porto: fumo, algodão, borracha, carnaúba e outras matérias primas (SOUSA, p.9). Estes produtos eram produzidos ou explorados sem os fazendeiros deixarem de lado a criação do gado. Representava uma renda extra.

A economia no Piauí colonial é caracterizada por dois blocos sociais bastante distintos, e que economicamente mantinha uma distância considerável. Havia os grandes proprietários, e do outro lado, a população pobre e dependente. A concentração de renda nas mãos da minoria, e o baixo nível de vida da maioria completa o quadro daquela sociedade (SOUSA, p.9).

2.5 A escravidão no Piauí colonial

Os primeiros negros a chegarem nas terras piauienses vieram juntos com a pecuária, trazidos pelos colonizadores. A presença do escravo na pecuária deveria ter vindo de outras regiões do Brasil (BRANDÃO. T, 1999). O negro, como em outras capitanias, era tratado como mercadoria. Não tinha os direitos que os brancos tinham; era propriedade de alguém, e para viver era obrigado a trabalhar. Entre os escravos havia os mestiços, além de mulheres e crianças. Nivelava o escravo à condição de objeto, mercadoria comerciável, obrigatoriamente pertencente a alguém. Como ser animalizado, tinha a obrigação de executar trabalhos pesados, degradantes ao homem. Considerado elemento inferior, sem capacidade de assimilação intelectual, necessitava ser tutelado, representado. [...] existiam três características fundamentais da escravaria no Piauí: a primeira era que para cada três homens livres existia um escravizado, a segunda, era que existia um grande número de mestiços, e a terceira era que a faixa etária entre os cativos era jovem, com uma significativa representatividade das mulheres, tanto na faixa etárias de crianças, como na faixa etária produtiva, entre 20 e 50 anos. (SOUSA. T, 2012, p. 36 apud FALCI, 1999, p.24)

A mesma pesquisadora relata que a escravidão no Piauí aconteceu sob dois aspectos. O primeiro se refere ao aprisionamento dos índios para atuarem como trabalhadores, guias e militares em confrontos. O seguindo foi a presença do negro escravizado, vindo da África, fornecer a sua força de trabalho nas fazendas.

Há outro ponto interessante a ser observado. Em relação aos escravos e seus proprietários existiam dois grupos: os cativos que pertenciam à Coroa e cativos de proprietários particulares.

Os escravos pertencentes a Coroa são aqueles que residiam nas antigas fazendas de Domingos Afonso Mafrense. Este resolveu sair do Piauí e deixou todos os seus bens aos jesuítas. Porém, com a chegada do Marquês de Pombal, e a expulsão do jesuítas, em 1760, tudo que pertencia aos padres missionários agora era de propriedade da Coroa. Segue o testamento

de Mafrense, onde ele relata que possui muitas fazendas, sítios e gado. Ainda alerta para a dificuldade e custos que teve ao explorar as terras piauienses:

Nomeio e instituo por meus testamenteiros, em primeiro lugar, o Rv. Padre Reitor da Companhia de Jesus desta cidade da Bahia, que ao presente for, e adiante lhe for sucedendo, e não aceitando este, nomeio ao licenciado Francisco Ximenes, e em terceiro lugar a Antônio da Silva Livreiro, meu vizinho, e em quarto ao capitão Belchior Moreira, aos quais e a cada um in solidum dou todo o meu poder, que em direito posso [...] Declaro que sou senhor e possuidor da metade das terras, que pedi no Piauí, com o coronel Francisco Dias Ávila e seus irmãos, as quais terras descobri e povoei com grande risco de minha pessoa, e considerável despesa, com adjutório dos sócios, e sem eles, defendi também muitos pleitos, que se moveram sobre as ditas terras, ou parte delas: e havendo dúvidas entre mim, e Leonor Pereira Marinho, viúva do dito coronel, sobre a divisão das ditas terras, fizemos uma escritura de transação no cartório de Henrique Valensuella da Silva, na qual declaramos os sítios com que cada um havíamos de ficar, assim dos que tínhamos ocupado com gados, como arrendados a várias pessoas, acordando e assentando juntamente a forma com que havíamos de ir ocupando as mais terras por nós ou pelos rendeiros que metêssemos, como mais largamente se verá da dita escritura. Declaro que nas ditas terras, conteúdas das ditas sesmarias, tenho ocupado muitos sítios com gados meus, assim vacum como cavalar, e todos fornecidos com escravos e cavalos, e o mais necessário: o que tudo constará dos meus papeis, fábricas, com a quantidade dos gados pelas entregas de cada uma das fazendas, e assim mais muitos sítios dados de arrendamentos a várias pessoas; e outros muitos estão ainda por povoar e desocupados, que também se poderão ir dando de arrendamento, ou ocupando com gados meus, como melhor parecer a meu sucessor (OLIVEIRA, 2007, p.29 apud SERTÃO, 1867)

Pouco tempo depois da morte de Domingos Afonso Mafrense, os jesuítas assumem a herança que haviam recebido. O primeiro missionário a administrar foi o padre Manuel da Costa. Com a expulsão destes, as fazendas ficaram sob o domínio da Coroa, e passaram a se chamar Fazendas do Fisco ou Fazendas do Real Fisco. Quando a Coroa portuguesa assumiu as fazendas, na década de 1760, elas estavam divididas em sítios ou alugadas para particulares. Os padres jesuítas foram bastante influenciáveis naquela região, chegaram a comprar outras fazendas, todas elas ocupavam um contingente de 700 trabalhadores escravos, entre eles índios

e negros (OLIVEIRA, 2007, p.30 apud COSTA, 1974, p.74-75). Logo depois, com a proclamação da Independência, passaram a ser chamadas de Fazendas Nacionais.

Em Oeiras havia um hospital onde os escravos do fisco recebiam tratamento gratuito. Os escravos particulares também poderiam ser tratados nesse hospital, porém através de pagamento por parte de seus proprietários (BRANDÂO. T, 1999).

Mott (2010) diz que era comum em outras regiões do Brasil o escravo de ganho, aquele que era alugado pelo seu dono para trabalhar para outras pessoas, e o escravo doméstico, aquele que desenvolvia tarefas internas, dentro das residências. Contudo, no Piauí, não havia espaço para o escravo de ganho, pois a organização econômica e social era bastante rudimentar. O maior número de escravos estava nas propriedades rurais desenvolvendo trabalhos nas fazendas. T. Brandão (1999) diz que as atividades nas fazendas não estavam restritas ao cuidar do gado, e essa tarefa era função do vaqueiro. Os escravos poderiam desenvolver atividades na manutenção das fazendas: construção de cercas, currais, fabricação de cela, arreios entre outros.

Nesse meio social poderia existir ainda a figura do escravo vaqueiro auxiliar. Enquanto o vaqueiro recebia um quarto dos bezerros nascidos, ele recebia outros animais: porcos, carneiros. Esses bens podem representar uma futura alforria, depois de o escravo fazer uma economia e comprar a sua liberdade (MOTT, 1985, p85)

O escravo representava um produto bastante caro. Não era qualquer pessoa que conseguia adquiri-lo. Tanto que nem todos os proprietários possuíam escravos. Por outro lado, pessoas que não possuíam grandes propriedades também poderiam possuir escravos. Ter escravo também era uma questão de *status* social (BRANDÃO. T, 1999).

Para Odilon Nunes (1975), a relação entre escravos e senhores não era tão violenta, e se isso acontecia era em raras vezes. Havia uma relação amistosa entre os dois, principalmente quando o proprietário vivia só. O escravo lhe servia de companhia e, a maioria, desenvolvia tarefas domésticas. Com o passar dos anos, o escravo até poderia fazer parte da família do senhor. O pesquisador diz que a presença do negro escravo não foi determinante para que a economia da Capitania funcionasse e se desenvolvesse.

Já para T. Bradão (1999) e Mott (2010) o caráter violento em relação ao senhor e escravo no Piauí foi uma realidade. Era necessário que houvesse ordem e disciplina, e os castigos físicos foram os meios utilizados para garantir a organização. Havia resistência dos escravizados, eles almejavam por liberdade, porém, era mais provável surgir a alforria nos engenhos de açúcar do que na zona pecuária. A média de vida dos escravos no século XVIII, no Piauí, era de 35 anos em média.

Os escravos do Fisco eram tratados com menos violência que o particular. O inspetor poderia ser demitido pelos maus tratos. O escravo tinha o direito de ter família, porém era totalmente submissa às vontades do administrador. O escravo também podia produzir para si, em um pedaço de terra cedido pelo seu senhor. Trabalhava na sua produção quando não estivesse ocupado com as tarefas do seu proprietário. Porém havia interesses por trás dessa generosidade. Essa situação significava ajuda no sustento do escravo e evitava que ele empreendesse fuga (BRANDÃO. T, 1999).

3 ESPERANÇA GARCIA: REGISTROS DE IDENTIDADE E MEMÓRIA. PORQUE NÃO ESQUECER?

Por José Monteiro da Mota e Maria Daíse Cardoso Oliveira

3.1 Identidade: conceitos e modulação

O conceito de identidade sofre transformações ao longo do tempo não sendo aceito que a mesma seja entendida como algo fixo e homogêneo, não se podendo afirmar que ela seja somente um reflexo das complexidades do mundo, o que anularia a autonomia dos indivíduos. A identidade subjetiva passa por um processo de *desterritorialização*, desligando-se da identidade nacional, possibilitando o surgimento de novas identidades, que por sua vez continuam se modificando.

Segundo Stuart Hall, o entendimento de identidade não possui uma essência, um núcleo estável. O contexto histórico e suas diferenças, conflitos e histórias são responsáveis pela produção/construção de identidades, em contínuas transformações: "essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas" (HALL, 2009, p. 108).

Renato Ortiz ao falar sobre identidade afirma que "não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos" (Ortiz, 2006, p. 8).

Já para Tomaz Tadeu da Silva, identidade "não é uma essência, não é fixa, não é homogênea; é instável, contraditória, fragmentada; está sempre em construção, está ligada a estruturas discursiva e narrativa, está ligada a sistema de representação e tem estreitas conexões com relações de poder" (SILVA, 2009, p. 96-97)Para os três autores citados anteriormente, a identidade não está estacionada, mas interagindo com os acontecimentos, em constante mudança, em movimento, sujeito aos acontecimentos históricos.

Bhabha (2013) e Hall (2006) põem o sujeito africano na contemporaneidade, como resultado do processo da tradução, da negociação, da articulação que caracteriza a sociedade atual. Para Bhabha, (2013, p. 19) encontramo-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferenças e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. Isso porque há uma sensação de desorientação, um distúrbio de direção **para todos os lados, para frente e para trás**. (grifo nosso)

Schimidt (2009, p. 139) concorda com os pensamentos de Bhabha, mas acrescenta a impossibilidade de conceituar um sujeito pós-colonial, visto que sua identidade é resultado da interseção de várias facetas de sua história, do seu momento atual, dentro de um complexo social, étnico, religioso, identidade de gênero. A autora afirma que todos os elementos só podem ser percebidos se intercalados em rede, seja ela histórica ou de localização. Muitos estudiosos asseguram que durante a pós-modernidade/pós colonialidade, aconteceram muitas transformações, causando uma crise de identidade.

Para Stuart Hall (2006, p. 09), "estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados". Kathryn Woodward também cita a crise de identidade nas sociedades modernas, responsabilizando a globalização pelos processos de homogeneização cultural, surgindo de um polo desenvolvido, destinando-se a um consumidor global, estendendo sua cultura por todos os continentes com a expansão do capitalismo. O efeito contrário pode também acontecer por uma reação das comunidades contra a cultura global, impedindo a mesma de se instalar, o que fortalece os laços identitários locais. A globalização, segundo ela, "produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ao levar ao surgimento de novas posições de identidade". (WOODWARD, 2009, p. 21).

Nesse contexto, o sujeito pós-colonial tem sua identidade incerta, fazendo deste, um ser parcial. A construção de sua identidade é dada a partir do cruzamento de "identidades", ou seja, da dupla identidade; a identidade do sujeito colonizador e do colonizado.

Essa relação colonizador/colonizado e a coletivização desse indivíduo por meio do poder existente nela marca a despersonalização do colonizado. Este ser não é considerado em sua particularidade ou individualidade, que some na massa de colonizados.

Joël Candau, professor de antropologia da construção da identidade**,** em *Memória e identidade* (2012), enfatiza: "As identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente disponível de 'traços culturais' - vinculações primordiais-, mas são produzidas e se modificam no quadro das relações e interações sociossituacionais - situações, contextos, circunstância - de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de 'visões de mundo' identitária ou étnica" (CANDAU, 2012, p. 27).

Não dá para fugir do complexo que envolve as questões identitárias individuais, do sujeito que ocupa o terceiro espaço, ao se discutir a identidade cultural na contemporaneidade; no contexto africano foi por muito tempo visto como um bloco único, composto por bárbaros e pervertidos, é preciso que levemos em consideração que, "toda identidade humana é construída e histórica; todo mundo tem seu quinhão de pressupostos falsos, erros e impressões que a cortesia chama de 'mito', a religião, de 'heresia', e a ciência de 'magia'. História inventadas, biologias inventadas e afinidades culturais inventadas vêm junto com toda identidade; cada qual é uma espécie de papel que têm que ser roteirizado, estruturado por convenções de narrativas a que o mundo jamais consegue conformar-se realmente". (APPIAH, 1997, p.243).

Diante do que foi exposto, ressaltamos a importância da pesquisa em torno da carta da escrava Esperança Garcia, tanto como mecanismo de reafirmação de um sujeito "perdido" no seu mundo como aspecto de identidade. O roteiro traçado, mesmo que em poucas linhas, nos convoca a adentrar no universo da escrava, conhecer suas histórias e identificar-se com ela por meio do discurso memorialístico, que tem suas peculiaridades que serão explorados na seção seguinte.

3.2 Memória: uma narrativa de um passado presente.

"Eu sou hua escrava de V. Sa. administração de Capam. Antº Vieira de Couto, cazada. Desde que o Capam. lá foi adeministrar, q. me tirou da fazenda dos algodois, aonde vevia com meu marido, para ser cozinheira de sua caza, onde nella passo mto mal. A primeira hé q. ha grandes trovoadas de pancadas em hum filho nem sendo uhã criança q. lhe fez estrair sangue pella boca, em mim não poço esplicar q. sou hu colcham de pancadas, tanto q. cahy huã vez do sobrado abaccho peiada, por mezericordia de Ds. esCapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confeçar a tres annos. E huã criança minha e duas mais por batizar. Pello q. Peço a V.S. pello amor de Ds. e do seu Valimto. ponha aos olhos em mim ordinando

digo mandar a Procurador que mande p. a fazda. aonde elle me tirou pa eu viver com meu marido e batizar minha filha q. De V.Sa. sua escrava Esperança Garcia"

Uma voz que rompe com o silêncio, Esperança Garcia em sua carta, destinada ao governador do Piauí, na época, faz relatos memorialísticos das condições que a mesma passou a viver após ser transferida de sua fazenda de origem, onde vivia com seu marido e filhos.

Registrada em primeira pessoa, a voz que clama por ajuda narra, a partir do seu ponto de vista, sua horrenda situação, este portanto, é um aspecto evidente de um discurso oriundo da memória individual.

Para Halbwachs (1990, p. 51) a "memória individual é um ponto de vista da memória coletiva", ou seja, o olhar de um ser envolvido diretamente no processo, mas que esse olhar pode ser modificado dependendo do lugar que o sujeito ocupa e das relações que mantém com os demais envolvidos.

Assim, sua condição de escrava é algo evidente. Esperança Garcia faz questão de expor suas atividades laborais, nas duas fazendas, mas também clama por suas "companheiras e filhos". Marca também presente pois, como Ricoeur (2007) aponta em seu livro *Memória, história, esquecimento*, a memória espelha uma dualidade, ela está relacionada tanto ao caráter individual quanto ao coletivo, aborda o assunto sob dois aspectos, o primeiro é o da "tradição do olhar interior".

O primeiro aspecto é o da individualidade, mostra que determinado sujeito, quando "ao se lembrar de algo, alguém se lembra de si" (RICOEUR, 2007, p. 107). A individualização, entretanto, não significa dizer que o sujeito sozinho imaginou uma memória, que a partir dele, e somente, a memória foi construída, na verdade trata-se de explicar que aquilo que está contido na mente de alguém não poderá ser transplantado para o de outrem:

Três traços costumam ser ressaltados em favor do caráter essencialmente privado da memória. Primeiro, a memória parece de fato ser radicalmente singular: minhas lembranças não são as suas. Não se pode transferir as lembranças de um para a memória do outro. Enquanto minha, a memória é um modelo de *minhadade*, de possessão privada, para todas as experiências vivenciadas pelo sujeito. (RICOEUR, 2007, p. 107).

O segundo traço da individualidade da memória segundo Ricoeur (2007, p. 107) é o seu vínculo com o que já passou: "a memória é passado, e esse passado é o de minhas impressões; nesse sentido, esse passado é o meu passado. "

A outra observação que Ricoeur (2007) aponta, em se tratando da interioridade, é em relação à vinculação que a memória faz em relação ao tempo. Ao vincular-se a passagem do tempo, ainda de maneira objetiva, a recordação ainda estará centrada num "eu". As memórias reveladas pelos interlocutores do poema se emaranham numa *a-temporalidade*, a mão dupla se corporifica na narrativa, em momentos presente-passado, presente-futuro, com efeito, as "coisas" recolhidas na memória não se limitam às imagens das impressões sensíveis que a memória arranca à dispersão para reuní-las (ibidem, p. 110).

Neste sentido, as memórias ganham um sentido dúbio, ao mesmo tempo que servem para ratificar seus argumentos, acalentam suas lembranças, pois são necessárias às suas recordações, trazendo o passado e o tornando-o presente, mesmo que um tempo ficcional ou imaginário. Para Bergson, isso significa que (1999, p.161) "o momento em que falo já está distante de mim" e o futuro, porque é sobre ele "que esse momento está inclinado". Assim, o presente é "ao mesmo tempo uma percepção do passado imediato e uma determinação do futuro imediato"

Essa individualidade abordada por Bergson (1999, p.120) "as lembranças pessoais, exatamente localizadas, e cuja série desenharia o curso de nossa existência passada, constituem, reunidas, o último invólucro de nossa memória". O filósofo afirma que a memória pode ser considerada sob os aspectos de *independência* e de *hábito*:

A primeira registraria, sob a forma de imagens-lembranças, todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam; ela não negligenciaria nenhum detalhe; atribuiria a cada fato, a cada gesto, seu lugar e sua data. Sem segunda intenção de utilidade ou de aplicação prática, armazenaria o passado pelo mero efeito de uma necessidade natural. (BERGSON, 1999, p.88).

Essa memória constitui lugar para serem guardadas as mais variadas experiências, é constituída do passado, de percepções já vividas, que serão acessadas, "nela nos refugiaríamos todas as vezes que remontamos, para buscar então certa imagem, a encosta de nossa vida passada" (idem). Assim nos identificamos com os relatos de Esperança Garcia. Pela nossa condição humana, os relatos da escrava também se transformam em imagens-lembranças para nós, mesmo sem termos vivenciado suas experiências.

Para Pollak (1992, p. 201) os elementos que constituem a memória individual e coletiva são "os acontecimentos vividos pessoalmente" e os "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer.

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (idem)

Um passado africano, na relação África-Brasil de povos que arrancados do continente, é um exemplo de identificação, de acontecimentos vividos por tabela. Retomar esses feitos é também atualizá-los, pois por intermédio da memória o passado é retomado pelo presente. Uma relação de completude e interdependência. Uma dinâmica que gira em torno dos efeitos do tempo ou da (a) temporalidade, tendo em vista que, ao relacionar o que se passou com o que se vive no presente ou se pretende viver no futuro é uma maneira de ratificar o *ser* tempo.

3.3 Temporalidade e preservação: uma continuidade do passado

Para encetarmos nossas discussões sobre a continuidade do passado através da preservação, se faz necessário encadear os conceitos atribuídos à temporalidade, tendo em vista que é por meio desta que se mantêm os resíduos do pretérito. O filósofo francês André Comte-Sponville (2006), em seu livro *O Ser-tempo* corrobora com os pressupostos de Santo Agostinho sobre as questões relativas ao tempo. O autor nos afirma que temporalidade pode ser entendida como uma unidade entre o passado, o presente e o futuro, ou seja, o tempo da alma.

[...] o tempo precisa da alma, não para ser o que ele é (o tempo presente), mas para ser o que nós chamamos de tempo: ele necessita da alma, não para ser o tempo real, o tempo do mundo da natureza, mas ser, e é bastante lógico, o tempo... da alma. (COMTE-SPONVILLE, 2006, p. 30).

Diante disso, é importante considerarmos que os eventos do passado só adquirem valor, seja social e/ou sentimental, quando ancorado nos demais tempos. E principalmente, quando essa junção desempenha sua função de preservar. Nesse contexto, evidenciamos que a carta da Escrava Esperança Garcia, mesmo sendo algo imaterial (tendo em vista que não é

possível tocar o algo concreto) e um evento ocorrido em um tempo passado, a permanência de seu registro perdura pelos anos. Isso trouxe efeitos, principalmente sociais, que agregados às concepções identidade motivaram pesquisas, como a presente. Ainda assim, é importante ressaltar que

[...] o passado, o presente e o futuro não existem em si mesmos (porque, nesse caso, não seriam nada: o passado não é mais, o futuro ainda não é, quanto ao presente instantâneo, todos sabem que ele não é de modo algum), mas apenas 'como momentos estruturados de uma síntese original' que é a temporalidade mesma. (COMTE-SPONVILLE, 2006, p. 37).

Como nos assevera André Comte-Sponville (2006), a tríade do tempo surge como algo estruturado. Essa forma organizada além de preservar um fato mnemônico se torna responsável dialogar com o meio social no qual circula. "A memória é um modo privilegiado de toda possibilidade de relacionamento entre o que foi, o que é e o que será" (JARDIM, 2005, p. 124 apud GUIDA, 2013, p. 49), principalmente quando esta surge relacionada com a escrita. "O tempo é vivido como unidade originária do passado imediato (retenção) e do futuro (protensão) num presente vivo" (COMTE-SPONVILLE, 2006, p. 43) e por meio da escrita se apropria do consciente social, tornando-se notória a sua existência e relevância.

A manutenção de registros estruturalmente organizados ocorre desde a antiguidade, pois o aparecimento da escrita está intimamente relacionado com a preservação da memória. São exemplos as estelas e obeliscos no Oriente antigo.

No Egito antigo, as estelas desempenharam múltiplas funções de perpetuação de uma memória (Le Goff, p. 432). Nos templos, cemitérios, praças e avenidas das cidades... são inscrições que obrigam o "mundo", pelo esforço de comemoração e perpetuação das lembranças.

A figura emblemática de Esperança, tem se perpetuado ao longo da história, junto aos movimentos sociais. Para perpetuação de sua memória, teve seu nome cedido a uma praça do Campus Poeta Torquato Neto, UESPI (Universidade Estadual do Piauí) em Teresina – PI, seu legado se estende a um hospital na cidade de Nazaré do Piauí, a um Coletivo de Mulheres Negras no Piauí e um coletivo cultural no estado de São Paulo, que lutam por direitos iguais para mulheres negras. Sua coragem e ousadia, deram origem a um projeto de lei que instituiu o dia 6 de setembro, como o dia estadual da consciência negra no estado do Piauí.

Praça Esperança Garcia no Campus Torquato Neto – UESPI – Teresina – PI. Fonte:www.uespi.br

Ainda é conhecida a estátua de Esperança Garcia em argila instalada no Centro Artesanal Mestre Dezinho na Praça Pedro II, em Teresina – PI.

Estátua de Esperança Garcia no Centro Artesanal Mestre Dezinho, Teresina – PI. A má conservação da obra não nos permitiu identificar o autor criador. A foto é de Leandro Artur Anton.

A pedra e o mármore serviam na maioria das vezes de suporte a uma sobrecarga de memória. Os "arquivos de pedra" acrescentavam à função de arquivos propriamente ditos um caráter de publicidade insistente, apostando na ostentação e na durabilidade dessa memória lapidar e marmórea. (Le Goff, p. 432)

O grito de Esperança Garcia em sua carta ecoa até os dias atuais, servindo como um marco de resistência para o movimento negro. Sua audácia, em uma época onde os direitos

eram negados e os maus tratos eram considerados rotina, serve hoje de alicerce para a luta contra a discriminação racial, na busca de direitos, reparação e empoderamento de negros e mulheres no meio social, político e cultural.

4 UM PROJETO PARA ECOAR A ESPERANÇA MUNDO AFORA

Por Leandro Alves da Silva

Mesmo sendo considerada uma memória inspiradora das lutas sociais no Piauí e que deixaram um consolidado legado de conquistas, ainda faltam projetos, estudos, pesquisas e outras iniciativas voltadas para a melhor compreensão da pessoa de Esperança Garcia, do período histórico em que viveu e, principalmente, voltadas para a busca de informações mais precisas sobre o conteúdo de sua emblemática carta, sua localização e estado de conservação.

É com foco especialmente em tratar do estado da carta de Esperança Garcia, enquanto artefato da memória e bem afro-brasileiro, que um grupo de jovens pesquisadores do Piauí, ligados a universidades, ponto de cultura[11] e movimentos sociais decide, em 2013, elaborar um projeto permanente sobre a carta de Esperança Garcia e a disponibilização destas informações através de ferramentas de tecnologia da informação e internet.

Nasceu assim o projeto de pesquisa e acesso "Carta de Esperança Garcia" e que, no mesmo ano, foi contemplado no edital "Preservação e acesso aos bens do patrimônio Afro-Brasileiro" promovidos pela Universidade Federal de Pernambuco e Ministério da Cultura e que permitirá incluir o conteúdo e informações acerca da carta de Esperança Garcia na Plataforma Afro Digital, de disseminação de bens relacionados ao povo negro e sua contribuição para a construção social e cultural do nosso país.

4.1 A iniciativa do projeto "Carta de Esperança Garcia: Uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia"

O Projeto "Carta de Esperança Garcia", contemplado no Edital Ministério da Cultura/ UFPE 2013: Preservação e acesso aos bens do patrimônio Afro-Brasileiro, tem por objetivo promover uma ampla e profunda pesquisa sobre o conteúdo da carta escrita pela escrava Esperança Garcia no Piauí Colonial de 1770, bem como sobre o contexto histórico de seu surgimento. O documento escrito por Esperança Garcia, centro do projeto, é um importante legado para a memória Afro-brasileira.

[11] Ponto de Cultura é uma iniciativa pública ou privada, sem fins lucrativo, selecionada por meio de edital público ou seleção direta, que desenvolve atividades de formação, produção e difusão cultural junto à comunidade local e que faz parte dos programas Mais Cultura e Cultura Viva do Ministério da Cultura. O ponto de cultura Quilombo do Sopapo, instituição vínculo do projeto "A Carta de Esperança Garcia" é um exemplo de iniciativa da sociedade civil reconhecida pela política pública do Cultura Viva do Ministério da Cultura desde 2005.

O Edital Preservação e acesso aos bens do patrimônio Afro—Brasileiro foi fruto de uma ação articulada entre Ministério da Cultura (MinC), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e a Rede Memorial, em vista da constituição da futura plataforma "Acervo Digital Afro-Brasileiro". Este edital se insere dentro de uma importante política pública de coleta, resgate, recuperação, conservação e disponibilização para o acesso Público de acervos de interesse científico e cultural de bens do patrimônio Afro-Brasileiro, visando ainda ampliar a sua disponibilidade e acessibilidade, e maximizar os benefícios desses acervos para a geração de conhecimento novo.

Toda esta ação está alinhada ainda com a Declaração da Unesco/UBC Vancouver e com o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), cuja coordenação está a cargo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) do Governo Federal. O projeto "Carta de Esperança Garcia" é um dos 20 projetos apoiados dentro desta ação coordenada nacionalmente pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) através de sua Diretoria de Extensão Cultural.

4.2 Carta de Esperança Garcia: um projeto de Memória, Pesquisa e Acesso.

A carta de Esperança Garcia – mulher, negra, nordestina, escravizada e consciente de sua condição subumana – é um documento essencial para a conservação da memória afro-brasileira e do registro da resistência do povo negro ao longo da história do país. O projeto propõe atender duas necessidades: a primeira, é tornar o conteúdo da carta amplamente conhecido e disponível através de uma página online e interativa na internet. A segunda, é saber informações precisas sobre a localização da carta original e sua atual situação de conservação, guarda e acesso, considerando que se trata de um documento raro e de um registro precioso da presença africana no Brasil.

Como resultado da realização deste projeto de pesquisa, espera-se que a carta de Esperança Garcia, bem como sua pessoa e o contexto em que esta foi escrita, seja melhor apropriada pelo povo brasileiro.

4.2.1 Resumo do Projeto Carta de Esperança

Objetivo Geral: Promover uma ampla e profunda pesquisa sobre o conteúdo da carta escrita pela escrava Esperança Garcia no Piauí Colonial de 1770, bem como sobre o contexto histórico de seu surgimento.

Objetivos Específicos:

- Fazer um levantamento bibliográfico e historiográfico sobre Esperança Garcia e o contexto do Piauí Colonial em que sua emblemática carta foi escrita. Meta: Dispor de uma robusta base de dados históricos sobre o contexto social em que viveu Esperança Garcia e das circunstâncias em que escreveu sua carta.

- Realizar uma pesquisa de campo para levantamento de dados e informações *in locco*, bem como localizar e avaliar as condições do acervo original – a carta de Esperança Garcia. Meta: Acessar documentos, arquivos e acervos que remetam ao Piauí Colônia e ao ambiente histórico em que viveu Esperança Garcia, e investigar a localização e estado atual da carta original através de uma missão científica de curta duração (Piauí – Lisboa/Pt).

- Elaborar e executar o projeto de uma plataforma *on line*, no formato de site interativo. Meta: Dispor de uma plataforma interativa e de código aberto que permita acesso público e irrestrito aos resultados da pesquisa, bem como ao conteúdo histórico da carta de Esperança Garcia.

Como produto final, o projeto disponibilizará todo o conteúdo da pesquisa para ampla divulgação através da Internet, promovendo seu acesso público e irrestrito para o público em geral e com suporte para pesquisadores. Desenvolvida através da metodologia de pesquisa-ação, os produtos finais serão implementado através de código aberto, permitindo sua ligação com a futura plataforma "Acervo Digital Afro-Brasileiro", estando assim sintonizada com as linhas de ação e objetivos da Rede Memorial | Carta do Recife[12].

O Projeto é coordenado pelo artista bonequeiro piauiense Leandro Alves da Silva,

[12] http://redememorial.org.br/carta-do-recife-2-0/

vinculado ao Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo (Porto Alegre – RS)[13]. O Quilombo do Sopapo é um espaço comunitário que tem no tradicional Tambor de Sopapo e na Comunicação Comunitária integrado a diversas linguagens (música, teatro de animação, artes visuais, rádio, etc) suas bases de trabalho. O artista se vinculou ao Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo em 2013 a partir de uma residência artística fomentada pelo Edital Interações Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura promovido pelo Ministério da Cultura e Funarte.

A equipe do Projeto Carta de Esperança Garcia conta ainda com o apoio de três colaboradores: O Profº José Monteiro da Motta, professor, produtor cultural e militante do Movimento Afro no Piauí, que trabalha em cooperação com sua assistente, a Profª Maria Daíse Oliveira Cardoso, professora, mestranda e militante das questões de Gênero e Raça no Piauí e João Vieira de França, graduando em História pela Universidade Estadual do Piauí/ UESPI | Campus Drª Josefina Demes.

Um dos diferenciais do projeto é fazer uma conexão entre o Nordeste e Sul do país, colaborando para o resgate da grande contribuição do povo negro para a construção da identidade social e cultural de nosso país. Um dos resultados desta conexão Nordeste-Sul foi a realização do seminário "Esperança Garcia, Sopapo e Preservação do Patrimônio Afro-Brasileiro", no período de 17 a 19 de abril de 2015, por ocasião da semana de aniversário de 07 anos do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo.

Para celebrar os 07 anos de fundação, o Quilombo do Sopapo preparou 07 dias de atividades que sintetizam a diversidade de coletivos, grupos, empreendimentos econômicos solidários, trabalhadores da cultura e projetos que compõem o centro comunitário. Com a chamada *"A voz da Esperança ecoa ao som do Sopapo"*, primorosamente elaborado pelo seu Coletivo de Artes Gráficas, o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo linkou a memória ancestral do Sopapo, base de sua criação e resistência, com o projeto "Carta de Esperança Garcia", apoiado através de uma parceria entre a Universidade Federal de Pernambuco e Ministério da Cultura e um grupo de pesquisadores do Piauí, que trabalha pela difusão da carta da escrava, mulher, negra e nordestina Esperança Garcia. Uma síntese do Brasil plural, diverso e que se descobre sempre novo e inovador de Nordeste a Sul. Foram os objetivos do seminário refletir ações, pesquisas e políticas públicas relacionadas à preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro tomando como ponto de partida a realização do projeto "Carta de Esperança Garcia",

[13]Para conhecer mais sobre o ponto de cultura Quilombo do Sopapo, acesse: www.quilombodosopapo.blogspot.com

a experiência desenvolvida no Rio Grande do Sul pela preservação do Sopapo – um instrumento musical ancestral, dentre outras iniciativas, e as interfaces com o uso da tecnologia nos processos de catalogação, conservação e difusão de acervos.

O seminário reuniu ao longo dos 03 dias de realização um público de 40 pessoas, entre pesquisadores, artistas, agentes culturais, militantes de movimentos sociais e estudantes. Marcaram presença ainda o Ministério da Cultura, através da Representação Regional do Sul e os pesquisadores Leandro Alves da Silva, João Vieira de França e Maria Daise Cardoso Oliveira, membros da equipe do projeto "Carta de Esperança Garcia". Outro projeto apoiado através do Edital Preservação do Patrimônio Afro-Brasileiro UFPE MinC 2013, a iniciativa "O direito às memórias negras: preservando o patrimônio afro-brasileiro nas coleções do jornal O Exemplo", vinculado à ULBRA Canoas – RS também marcou presença[14].

4.2.2 Ações desenvolvidas pelo Projeto

Entre as diversas ações desenvolvidas pela equipe do Projeto, estão:

- Visitas ao Arquivo Público do Estado do Piauí e ao Museu do Piauí para levantamento de informações sobre a localização da carta e do contexto em que foi escrita;
- Visitas e encontros com colaboradores da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade Estadual do Piauí (UESPI);
- Levantamento de bibliografia com a ajuda de colaboradores sobre o Piauí Colonial e Esperança Garcia;
- Realização de um encontro presencial da Equipe do projeto em Teresina – PI, em Novembro de 2014, para a primeira avaliação da situação do Projeto;
- Participação no Seminário Afro-Digital organizado pela UFPE e MinC em Recife – PE (Dezembro de 2014);
- Visitas *in locco* a instituições e pesquisadores em Oeiras e Nazaré (PI), regiões onde se situava a Fazenda Algodões, local em que Esperança Garcia escreveu sua emblemática Carta.
- Realização de encontro e pesquisa *in locco* em Oeiras e Nazaré do Piauí (locais da antiga Fazenda Algodões);
- Seminário sobre Esperança Garcia e Acesso ao Patrimônio Afro-Brasileiro (Porto Alegre – RS).

[14] Relatório final, fotos e vídeo sobre o seminário "Esperança Garcia, Sopapo e Preservação do Patrimônio Afro-Brasileiro" podem ser acessados na página oficial do projeto: http://culturadigital.br/cartaesperancagarcia

- Encontro com a comunidade tradicional quilombola Algodões, em Nazaré do Piauí, região histórica onde viveu Esperança Garcia.

O projeto "Carta de Esperança Garcia" segue com novas ações e projetos em curso ou em fase de elaboração:

- Elaboração de projetos para financiamento de missão científica de curta duração em Portugal e de criação de um curta documentário sobre Esperança Garcia;
- Criação do projeto do concurso cultural "Um rosto para Esperança Garcia" para crianças em escola pública de Teresina – PI. Os desenhos vencedores comporão o projeto gráfico do Projeto;
- Lançamento e alimentação constante da página na internet;
- Elaboração de projetos de publicações em formato físico e virtual sobre a carta e pessoa de Esperança Garcia e a metodologia do projeto.

4.2.3 Principais resultados obtidos e dificuldades encontradas na realização do projeto "Carta de Esperança Garcia"

O Projeto "Carta de Esperança Garcia" conseguiu, ao longo dos 12 (doze) meses de execução financiados pelo Edital Preservação e acesso do patrimônio afro-brasileiro, importantes resultados dos quais:

- Amplo levantamento da bibliografia disponível. Foi possível identificar e coletar livros e cópias de relatórios de pesquisa, monografias e artigos que tratam do Piauí Colonial e Esperança Garcia. Todo este material passa agora por fase de fichamento.

- Encontro presencial da equipe, realizado em Teresina – PI, no dia 14/11/2014. Foi um momento importante para a equipe apresentar os resultados das duas pesquisas de campo (Teresina e Oeiras), do levantamento bibliográfico e de debater estratégias com relação às principais dificuldades encontradas (ver item seguinte).

- Apoio de colaboradores das universidades e movimentos sociais. Foram identificados pesquisadores, acadêmicos e líderes de movimentos sociais em Teresina – PI e interior do Estado dispostos a colaborar com o processo de pesquisa desenvolvido pelo Projeto. A equipe está construindo uma agenda com os contatos e referencias.

- Determinação da situação atual da cópia da carta no Piauí, um dos objetos do projeto. Durante as pesquisas de campo no Arquivo Público do Estado do Piauí e no Museu do Piauí duas informações chaves para a pesquisa foram confirmadas: primeiro, que o Arquivo Público detinha de uma cópia da carta original escrita pela escrava Esperança Garcia. Segundo, que tal cópia não foi localizada, dando pelo seu desaparecimento desde então.

A situação atual deste importante artefato gerou uma polêmica grave e cientificamente instigante, que o projeto pretende dá conta: a tese da não existência da carta e da própria pessoa de Esperança Garcia. Dada a importância da memória de Esperança Garcia para o povo negro do Piauí, inspiradora do Dia da Consciência Negra no estado e da atuação de vários movimentos sociais, inclusive de comunidades tradicionais quilombolas, recuperar o conteúdo de sua carta e a sua localização significa reafirmar estas histórias de lutas e resistências.
Também é urgente se recuperar mais informações acerca da própria Esperança Garcia, resgatando o seu lugar na história do povo negro no estado. Assim, ao longo do processo de pesquisa de campo e levantamento de bibliografias, novos desafios foram surgindo e ressignificando os objetivos e metas do projeto.

- Avanço na sistematização da pesquisa e dos resultados do projeto, com a definição da estrutura do relatório final do projeto e da página na internet, com revisão e alimentação permanente.

As principais dificuldades encontradas até agora, na execução do projeto, foram:

- Situação dos museus e arquivos públicos do Piauí (capital e interior).
Estes órgãos públicos contam atualmente com a organização do acervo deficitária, sem uma sistematização adequada que facilite a consulta de seus acervos. A isso, soma-se a pouca qualificação das equipes que atendem n os locais, não tendo condições de prestar muitas orientações sobre os acervos e sua localização.

- Pouca bibliografia nas universidades.
O projeto está recolhendo toda a bibliografia possível sobre a escrava Esperança Garcia e a época em que viveu, o Piauí Colonial. No entanto, há escassa publicação sobre o tema. A carta e a Fazenda Algodões, local em que viveu Esperança Garcia, é mencionada em obras gerais

sobre a colonização do Piauí, não havendo publicações exclusivas sobre ela, bem como há escassos projetos de pesquisas, teses e monografias sobre o tema nas principais universidades públicas do Estado (Universidade Estadual do Piauí e Universidade Federal do Piauí). A equipe está empenhada em recolher o máximo de material acerca de Esperança Garcia e a região em que viveu, no Piauí de 1770 e, assim, promover uma reconstituição historiográfica sobre sua pessoa e a carta que escreveu.

- Aprovação parcial do projeto, inviabilizando a missão científica de cura duração em Portugal para localização da carta original.

A pesquisa de campo em Lisboa não foi realizada, devido a cortes no orçamento do projeto na fase de seleção e contratação. Como esta etapa fará total diferença no resultado final da pesquisa, a equipe do projeto está discutindo saídas, dentre elas a elaboração de um projeto de financiamento para editais de intercâmbio e pesquisa. A missão científica de curta duração ao Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e a Torre do Tombo em Portugal (Lisboa – Portugal) tem por objetivo a coleta de informações em documentos históricos sobre o Piauí Colonial e investigar a localização da carta original e sua situação de guarda e conservação.

Entre as atividades paralelas desenvolvidas no âmbito do projeto, encontram:

- GT de estudos na Universidade Estadual do Piauí/ UESPI.

A partir de provocação do próprio projeto, o acadêmico João Vieira de França, membro da equipe na função de apoio técnico à pesquisa, está reunindo outros acadêmicos do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí/ Campus Josefina Demes, em Floriano – PI, para estudos e debates sobre o Piauí Colonial e Esperança Garcia.

- Entrevistas com historiadores.

Atividade não prevista no projeto como estratégia de pesquisa, a equipe está realizando entrevistas com importantes historiadores do Piauí. Dentre estes, o Profº Drº Alcebíades Filho (UESPI/ UFPI) concedeu uma importante entrevista à equipe e se propôs a colaborar com a realização do Projeto.

- Projeto “A Carta de Esperança Garcia” para o Edital Curta Afirmativo 2015.

A equipe do projeto fez a elaboração de um projeto para participação em um edital de financiamento de um curta-metragem sobre Esperança Garcia. Caso seja aprovado, o curta-metragem fará parte do acervo e ficará disposição do público em geral através da página na internet do Projeto. O projeto é proposto pelo artista e radialista Rogério Costa e co-produção do Estúdio Atroá (Maceió – AL) e Escalet Produções Cinematográficas (Floriano – PI).

4.2.4 Visita à Comunidade Quilombola Algodões: Não queremos ser meros objetos de pesquisa!

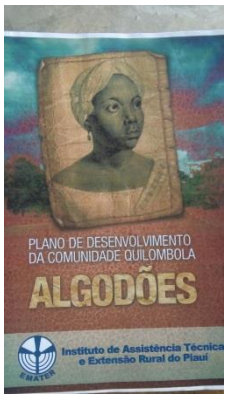
No dia 22 de março de 2015, a equipe do projeto se empenhou na realização de uma importante roda de conversa com lideranças da Comunidade Quilombola Algodões, na sede da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Algodões, em Nazaré do Piauí – PI. Foi um importante encontro da equipe com a comunidade quilombola remanescente da fazenda Algodões onde viveu Esperança Garcia.

A equipe de pesquisadores teve muita dificuldade para chegar à Comunidade Quilombola Algodões. Por conta de fortes chuvas na região, a ponte que liga a cidade de Nazaré à Comunidade Quilombola Algodões estava quebrada, inviabilizando a passagem de carros. Foi preciso retornar e conseguir o apoio de moradores do município que possuem motos para

organizar um comboio e perfazer os 12 km na zona rural até a comunidade. Uma liderança comunitária de Nazaré, a Srª Tina, deu apoio ao grupo juntamente com sua família.

A roda de conversa aconteceu na sede da Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Quilombola Algodões, que recebeu com muita cordialidade a equipe. Também estava presente a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré. A equipe apresentou o projeto Carta de Esperança Garcia, com destaque para os objetivos e os resultados alcançados até então.

As lideranças da Comunidade Quilombola Algodões e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nazaré manifestaram apoio e satisfação com a realização do projeto de pesquisa. Ressaltaram a importância da memória de Esperança Garcia como símbolo da luta do povo negro no Piauí pela conquista de direitos fundamentais, do reconhecimento das comunidades quilombolas, do acesso à terra e à educação, da afirmação dos direitos das mulheres e pelo fim do preconceito e da discriminação.



Foram firmados alguns compromissos entre o projeto “Carta de Esperança Garcia” e a Comunidade Quilombola Algodões;

a) A Comunidade Quilombola Algodões relatou que já foram desenvolvidos alguns projetos de pesquisa sobre Esperança Garcia e a comunidade quilombola. Criticaram a ausência de retorno de pesquisadores para informar a comunidade os resultados de suas investigações, sendo tratados como meros *"objetos de pesquisa".* As lideranças da comunidade Algodões foram categóricos em afirmar que "não somos objetos de pesquisa" e que "Esperança Garcia é nossa", numa demonstração contundente de consciência de sua história, memória e identidade. A equipe do Projeto Carta de Esperança Garcia se comprometeu em retornar à Comunidade Quilombola Algodões no final do projeto para a realização de um seminário para apresentação dos resultados do mesmo, bem como manter a comunidade informada dos desdobramentos acerca da localização e informações sobre o estado original da carta de Esperança Garcia.

4.2.5 Onde está a carta de Esperança Garcia, afinal?

Afirma-se[15] que a carta original está em Portugal, e apenas uma cópia foi descoberta no Arquivo Público do Piauí pelo pesquisador e historiador Luiz Mott em 1979. Esse documento serviu de inspiração para diversas manifestações contemporâneas como o grupo de mulheres que trabalham pela cidadania da mulher negra piauiense, e recebe o nome de Esperança Garcia, assim como a maternidade de Nazaré do Piauí, que também recebe seu nome. A data desta carta, 06 de setembro, é o Dia Estadual da Consciência Negra no Piauí desde 1999. Dada a importância da carta para o registro da luta e resistência dos negros no Brasil, não se tem informações precisas sobre a localização do documento original, bem como sobre sua situação de conservação. No mais, o seu conteúdo é ainda pouco divulgado e conhecido.

Assim, a terceira ação proposta pelo projeto foi a busca de informações sobre a situação da carta de Esperança Garcia no Arquivo Público do Piauí, se se trata mesmo de uma cópia e, caso este cenário fosse confirmado, o apoio à realização de uma missão científica de curta duração à Lisboa, na Torre do Tombo e no Arquivo Ultramarino de Lisboa, para busca do documento original.

A realização da missão científica em Lisboa restou frustrada pelo corte no orçamento do projeto na fase de contratação. Tal etapa continua sendo um objetivo do projeto, que prepara um projeto específico para este fim.

[15] Não encontramos informações precisa sobre a localização da carta original, nem sobre seu estado atual de guarda e conservação. As evidências remetem para dois arquivos públicos em Lisboa. Dispor de informações sobre a carta original de Esperança Garcia é importante para a preservação de nossa memória afro-brasileira.

Assim, o trabalho da equipe se concentrou em buscas ativas, através de visitas in locco ao Arquivo Público do Piauí. Durante os 12 meses de realização do projeto. A equipe se deparou com uma realidade desesperadora e inaceitável: a carta de Esperança Garcia não foi localizada no referido Arquivo Público, tendo este se manifestado pela existência desta dentro do espaço do Arquivo, porém em local incerto. Todas as tentativas de acesso ao documento restaram frustradas, tendo a insistência da equipe do projeto desencadeado a organização de uma força tarefa para busca do precioso documento. Neste processo, a equipe teve acesso a vários informantes, com as mais diversas informações acerca da carta de Esperança Garcia, muitas contraditórias entre si: de que a carta existe e se trata de uma cópia; de que o arquivo deteria a carta original; de sua inexistência, logo refutada por pesquisadores que teve acesso ao documento; de que a carta teria sido roubada anos atrás durante uma exposição por ocasião do Dia do Piauí. Onde está afinal o documento carta de Esperança Garcia?

A equipe do projeto, chegando ao final da execução financiada pelo edital "Preservação e acesso ao patrimônio afro-brasileiro", oficiou o Arquivo Público, a fim de que este se manifestasse oficialmente sobre esta situação e a localização e estado da carta de Esperança Garcia, sem resposta até então.

Toda esta situação é apenas um recorte de uma triste realidade: os arquivos públicos brasileiros em geral estão numa situação de verdadeiro descaso, sem pessoal qualificado, sem suportes tecnológicos que garantam a plena organização dos acervos e sua disponibilização para a sociedade. Revela o descaso com a memória brasileira e, especialmente, com a memória da contribuição do povo afro para a construção social e cultural do nosso país.

A equipe segue trabalhando incessantemente com a possibilidade de 03 cenários possíveis sobre a localização e estado da carta de Esperança Garcia, com a possibilidade de se gerar pelo menos 03 desdobramentos de continuidade:

Cenários	Situação	Desdobramento(s)
Cenário 1	A carta não é encontrada, nem cópia, nem original no Arquivo Público do Piauí.	Projeto de continuidade, com duas linhas de investigação: a) Busca ativa de informações para reconstituição do destino do documento dentro do Arquivo Público do Piauí; da última vez em que foi visto e em que circunstâncias; b) Missão científica

		nos arquivos em Portugal e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em busca de um possível original.
Cenário 2	Localização de cópia da carta no Arquivo Público do Piauí.	Projeto de continuidade com foco na localização do documento original, tomando como ponto de partida a própria cópia e sua origem.
Cenário 3	Localização do documento original no Arquivo Público do Piauí.	Cenário pouco provável, uma vez que testemunhas oculares entrevistas pelo projeto atestam deter o Arquivo Público do Piauí apenas uma cópia do documento. Caso este cenário se confirme: Encerramento da pesquisa com foco na busca. Novo projeto voltado para a conservação do documento, com foco na sua digitalização e disponibilização através da tecnologia da informação.

*Cenários estabelecidos até 31 de julho de 2015.

A expectativa é que a carta de Esperança Garcia seja finalmente localizada, seu conteúdo disseminado e sua memória devolvida a quem de direito: à sociedade brasileira e, de forma especial, ao povo negro, a fim de que as graves violações aos direitos fundamentais da pessoa humana, representadas pela escravidão, jamais se repita e que o racismo e a discriminação sejam finalmente superadas.

5 ESPERANÇA GARCIA PRESENTE: LEGADOS

A memória da mulher, nordestina e escravizada Esperança Garcia permanece viva e ecoa ao longo da história do Piauí como força e inspiração na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde as situações de desigualdade social, racismo, discriminação e todas as formas de violência sejam finalmente superadas e banidas.

É possível catalogar diversos espaços, iniciativas, monumentos e expressões em que Esperança Garcia permanece viva como um marco da cidadania, da coragem e da ousadia, do qual elencamos alguns para fins de fechamento deste trabalho:

- A Comunidade Quilombola Algodões, de Nazaré do Piauí, mantém viva através da oralidade e da contação de histórias a memória de Esperança Garcia. Lá, ela é marca identitária especialmente das mulheres negras e trabalhadoras da comunidade.
- Um hospital do município de Nazaré do Piauí recebe seu nome. É o Hospital Municipal Esperança Garcia, situado na Rua Dezenove de Novembro, Centro, Nazaré do Piauí - PI.
- Esperança Garcia e sua carta são o tema de diversos trabalhos de cunho científicos desenvolvidos em universidades do Piauí, mesmo que esparsos, especialmente na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade Estadual do Piauí (UESPI). São trabalho que exploram desde aspectos sociais, históricos a relacionados a elementos linguísticos do importante documento que escreveu.
- O núcleo do movimento social juvenil "Levante Popular da Juventude" do Piauí recebe seu nome. O Levante Popular da Juventude é um movimento de militância juvenil nacional, atuando em três frentes: estudantil, territorial e camponesa. Esperança Garcia segue inspirando a luta e a conquista de direitos das juventudes no Estado e sua organização, enquanto um movimento popular.
- O Dia da Consciência Negra do estado do Piauí foi instituído no dia 06 de setembro, data da sua carta e em sua memória.
- Em Teresina – PI existe o Coletivo de Mulheres Negras "Esperança Garcia" pelo empoderamento e conquista de direitos da mulher negra piauiense.
- Em 2014 uma praça do Campus Torquato Neto da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) recebe seu nome, eleito através de voto popular via internet.

- No período 2014-2015 o projeto Carta de Esperança Garcia é implantado através de edital do fomento promovido através de uma parceria entre Ministério da Cultura (MinC), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e a Rede Memorial. O conteúdo da carta de Esperança Garcia e sua história passará a integrar a Plataforma Acervo Digital Afro-Brasileiro.
- Em 2015 o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo celebra 07 anos de fundação através de arte gráfica e slogan homenageando Esperança Garcia e estabelecendo uma conexão com a preservação da memória do tambor ancestral Sopapo e a preservação da memória do povo negro, através da chamada "A Voz da Esperança ecoa ao som do Sopapo".

Esperança Garcia entra para a história como um grito pela liberdade.

Sua voz faz eco com tantos gritos pela afirmação da dignidade da pessoa humana, especialmente daqueles que foram violentamente escravizados e despojados da liberdade, aviltado na grandeza da própria alma.

Esperança Garcia vive!

Sua voz nunca calará!

REFERENCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí.** Teresina: COMEPI, 1981.

ALVES, Vicente Eudes Lemes. **As bases históricas da formação territorial piauiense. Geosul,** Florianópoles, v.18, n.36, p. 55-76, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13577/12450>. Acesso em: 03 abr. 2015.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo como espírito.** Tradução de Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BRANDÃO, Tanya Maria. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII.** Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. Formação Social. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. **Piauí – Formação – Desenvolvimento – Perspectivas.** Teresina: Halley, 1995. Cap. 1. P. 13-54.

COMTE-SPONVILLE, André. **O ser-tempo: algumas reflexões sobre o tempo da consciência**. Tradução Eduardo Brandão, 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GUIDA, Ângela. **A poética do tempo.** Rio de Janeiro: Tempo brasileiro: 2013.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva.** Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart**. A Identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de janeiro; DP& A, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

LIMA, Solimar Oliveira. **Braço forte: trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí – 1822 – 1871.** Passo Fundo: Editora da UFPE, 2005

_____. **Esperança. Nossa Consciência tem nome.** In: Informe econômico. Teresina: DECON-UFPI, Ano 10. N. 22, NOV-DEZ/2009, JAN/2010.

MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade.** Teresina: FUNDAC - Coleção Grandes Textos, 2010.

NUNES, Célis Portella e ABREU, Irlane Gonçalves de. **Vilas e Cidades do Piauí.** In: SANTANA, R. N. Monteiro de (org.). *Piauí*: Formação, Desenvolvimento, Perspectivas. Teresina – PI: Editora FUNDAPI, 1998.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. Rio de Janeiro. Arte Nova, 1975. V.1.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento colonial do sudeste do Piauí: Indígenas e colonizadores, conflitos e resistência**. 2007. 202f. Dissertação (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7253/arquivo3394_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 02 jun. 2015.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** In: ____. Estudos Históricos. Tradução de Monique Augras. Rio de Janeiro: v.5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Gervásio; KRUEL, Kenard. **História do Piauí.** Teresina, Zodíaco: 2009.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira. **Filhos do Sol do Equador. As vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX.** 2012, 247f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012. Disponível em:

http://ufpi.br/subsiteFiles/mesthist/arquivos/files/Dissertacoes/Dissertacao_TALYTA.pdf. Acesso em: 16 març. 2014.

SOUSA, Valfrido Viana de. **Piauí: apossamento, integração de desenvolvimento (1684-1877).** Disponível em: < https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/43_ValfridoSousa_PiauiApossamentoIntegracao.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.